

BOLETIM 58

Brasília, 5 de fevereiro de 2016

Centrais Sindicais: reforma da Previdência pode levar uma greve geral no país

Senadores e convidados questionaram nesta quinta-feira (4), durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, a necessidade de se promover neste momento a reforma da Previdência Social. As centrais sindicais comunicaram que pode haver greve geral no país se o governo insistir com essa intenção.

A Comissão reuniu-se para debater questões relativas ao trabalho, como desemprego, aposentadoria e discriminação, relacionadas às reformas previdenciária, trabalhista e econômica anunciadas pelo governo. A realização da audiência atendeu a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

Foram convidados para o debate a professora Denise Lobato Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, membro da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra). O vice-presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Daro Marcos Piffer, e o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil



A reforma da Previdência é um dos assuntos que mais mobilizará a atenção do Congresso Nacional durante este ano

(CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, também estão entre os convidados.

Na lista de debatedores ainda estiveram o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury, e o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle. O presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Manoel Isidro dos Santos Neto, a secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, Ruth Coelho Monteiro, e o presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert, completaram a lista de debatedores.

Fonte: Agência Senado

Centrais retomam articulações do ‘Compromisso pelo Desenvolvimento

Aconteceu, nesta quinta-feira (4), em São Paulo, na sede do DIEESE, a primeira reunião de 2016 do Movimento “Compromisso pelo Desenvolvimento”. O encontro reunirá as Centrais Sindicais e as entidades do setor produtivo, que lançaram o manifesto do “Compromisso” dia 3 de dezembro do ano passado e fizeram um primeiro debate com o governo dia 15 do mesmo mês.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa, Mazinho, participou do evento na condição de vice-presidente nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores, ocasião em que reafirmou a necessidade “de uma mudança nos rumos da política econômica, conforme as propostas apresentadas pelas centrais e os empregadores, para o país voltar a crescer e recuperar sua empregabilidade”.

Mazinho voltou a destacar “o papel estratégico da indústria da construção civil na retomada do desenvolvimento, pela conexão desse segmento com várias cadeias produtivas, o que permitiria uma solução de curto prazo para, pelo menos, minimizar a situação de desemprego que atinge os trabalhadores”.

A Agência Sindical entrevistou Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, que tem destacada atuação na elaboração dos documentos e na articulação de encontros e iniciativas. Segundo Clemente, o Movimento espera respostas. “No encontro com o governo, em dezembro,



apresentamos os sete pontos apontados em nosso documento. Conseguimos a MP que melhora as condições para as empresas nos acordos de leniência, mas isso não é suficiente”, observou.

Conjuntura - O coordenador-técnico do Dieese considerou a conjuntura atual muito difícil para a economia. “O esgotamento fiscal do governo, os juros altos e a falta de investimentos criam toda ordem de dificuldades para o setor produtivo e os trabalhadores. Precisamos encontrar meios de romper o cerco da crise”, diz. O “Compromisso pelo Desenvolvimento” aponta saídas, além da melhora nas condições dos acordos de leniência, que se aplica às empresas envolvidas em ilícitos.

Para Clemente Ganz Lúcio, há pontos que podem ser enfrentados pelo governo. Segundo ele, “a capitalização da Petrobras, a retomada do Minha Casa, Minha Vida, a liberação de financiamentos para o setor produtivo, entre outras medidas, têm peso para melhorar o ambiente da economia”.

Empresariado - O diretor técnico do Dieese ressaltou que os contatos com o empresariado para o encontro desta quinta, no Dieese, ainda estão sendo feitos. Mas ele considera que o setor



produtivo reafirmou sua posição pró-desenvolvimento na primeira reunião do “Conselhão”, dia 28 de janeiro, em Brasília.

*Fonte: Agência Sindical
Comunicação CONTRICOM*

CDH do Senado debaterá terceirização em mais seis estados

Um novo ciclo de debates da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) sobre a terceirização vai acontecer em seis estados brasileiros no primeiro semestre deste ano. Os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Alagoas, Tocantins e Goiás completam as audiências públicas nas 27 unidades da federação. Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, além da terceirização, a mobilização vai abordar a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

Fonte: Agência Senado

Aprovado Marco Legal da Primeira Infância: licença-paternidade de 20 dias

Os senadores aprovaram o projeto que cria o Marco Legal da Primeira Infância (PLC 14/2015). A proposta determina um conjunto de ações para o início da vida, entre zero e seis anos de idade.

Uma novidade é o aumento do tempo para os pais cuidarem dos recém-nascidos. O texto, que vai à sanção presidencial, aumenta para seis meses a duração da licença-maternidade, por meio do Programa Empresa-Cidadã, e para 20 dias a licença-paternidade. Os mesmos direitos estão assegurados a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

O projeto estabelece como questões prioritárias a serem cuidadas na primeira infância a saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

As gestantes e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos. A ideia é a formação e a consolidação dos vínculos afetivos e o estímulo ao desenvolvimento integral na primeira infância.

O texto ainda expande a educação para as crianças de zero a três anos. As instalações e os equipamentos devem obedecer aos padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação. Além disso, o Poder Público deverá organizar e estimular a criação de espaços lúdicos em locais onde há circulação de crianças.

O Marco Legal também obriga a União a manter registros com os dados do crescimento e desenvolvimento da criança. Além disso, a União deverá informar à sociedade quanto gastou em programas e serviços para a primeira infância. A mesma obrigação terão os estados e municípios.

Fonte: Agência Senado



Debate em comissão revela confiança no fim da greve dos peritos do INSS

Em audiência pública nesta quarta-feira (3) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), representantes do INSS e dos peritos da Previdência Social demonstraram confiança na conclusão de acordo para que todas as atividades da perícia médica possam ser restabelecidas.

Depois de mais de quatro meses de greve, a categoria retornou parcialmente ao trabalho no dia 25, realizando apenas perícia inicial de auxílio-doença. A retomada do atendimento à maioria dos segurados, no entanto, ainda depende de acordo com o governo.

— Ontem avançamos em vários aspectos que eram objeto de impasse, como a jornada de trabalho e o reajuste. Houve boa vontade do governo de negociar esses pontos e temos a expectativa de que possamos assinar o termo de acordo hoje ou o mais breve possível — declarou Francisco Eduardo Cardoso Alves, presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP).

A nova rodada de negociação aconteceu ontem, como informou Sérgio Antonio Martins Carneiro, diretor de Saúde do Trabalhador do INSS. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), elogiou a iniciativa do governo de chamar os peritos para o diálogo e disse confiar no entendimento.

— A Comissão de Direitos Humanos mais uma vez colabora para essa grande conciliação e com isso todos ganham. Ganha o governo, ganham

os peritos e ganha principalmente a população — frisou o parlamentar, ao final do debate.

Também a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) acredita no entendimento, “com respeito e valorização” dos profissionais responsáveis pela perícia médica.

Fonte: Agência Senado

Inflação para famílias com renda mais baixa acumula taxa de 11,42% em 1 ano

A inflação para famílias com renda até 2,5 salários mínimos, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), ficou em 1,91% em janeiro deste ano. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice é superior ao registrado em dezembro de 2015 (0,97%). Em 12 meses, o IPC-C1 acumula 11,42%.

As taxa medidas pelo IPC-C1 também são superiores às registradas pelo Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC-BR), que mede a inflação para todas as faixas de renda. O IPC-BR teve taxas de 1,78% em janeiro e 10,59% em 12 meses.

Entre as classes de despesa que tiveram os maiores aumentos de preços estão transportes e alimentação. Os gastos com transportes subiram 4,02% em janeiro, puxados pelo aumento das tarifas dos ônibus urbanos (6,11%).

A alimentação teve inflação de 2,63%, principalmente devido à alta de preços de hortaliças e legumes (19,99%).

Também registrou inflação acima da média a classe de despesa educação, leitura e recreação (3,73%). As demais classes tiveram as seguintes



taxas: despesas diversas (1,8%), habitação (1,04%), vestuário (0,39%), saúde e cuidados pessoais (0,38%) e comunicação (0,34%).

Fonte: Agência Brasil

Consignado com garantia do FGTS pode reduzir juros de empréstimos, diz Fazenda

O Ministério da Fazenda divulgou nota defendendo a viabilidade da proposta que permite o trabalhador usar a multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia para empréstimos consignados, que são descontados diretamente no salário.

De acordo com a nota, a medida tem potencial para desenvolver a modalidade no setor privado brasileiro e reduzir as taxas de juros cobradas em empréstimos para os trabalhadores.

Para o Ministério da Fazenda, a proposta de utilizar a multa do FGTS e parte do saldo da conta vinculada tem por objetivo prestar uma garantia de qualidade a esse segmento com vistas à redução do risco da operação e à melhoria das condições de crédito para os empregados da iniciativa privada, que ainda não foi alcançado porque "no Brasil a rotatividade no mercado de trabalho ainda é alta".

A nota acrescentou que a possibilidade de dispensa do emprego mantém elevado o risco dessa modalidade, o que limita a expansão na proporção imaginada à época da implementação do crédito consignado, em 2003.

Além da aprovação pelo Congresso Nacional, a medida precisa de regulamentação pelo Conselho Curador do FGTS.

Fonte: Agência Brasil

Projeto antecipa saque de conta do FGTS para 65 anos

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 641/15, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que altera de 70 para 65 anos a idade mínima dos trabalhadores para movimentação das contas vinculadas ao FGTS.

O deputado alega que a exigência está estabelecida em uma Medida Provisória antiga (MP 2.164-41, de 24 de agosto de 2001), que foi reeditada mais de 40 vezes sem nunca ter sido votada e que se encontra em um "limbo jurídico".

"Em razão da impossibilidade da pessoa conseguir se aposentar, não poderá esperar até os 70 anos para movimentar o dinheiro que é seu", declarou Faria de Sá. Segundo o deputado, muitas vezes os idosos estão até mesmo "necessitando de dinheiro para ir à farmácia".

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara



Nulidade de eleição sindical convocada por edital publicado em jornal de baixa circulação

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho desproveu agravo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia, Quatis, Porto Real e Pinheiral (RJ) contra decisão que considerou nulas as eleições sindicais para o quadriênio 2010-2014, por violação do princípio da publicidade na divulgação do edital de convocação do pleito. O edital foi publicado no Jornal do Brasil, que, antes de ter a versão impressa encerrada em agosto de 2010, tinha pouca circulação na base territorial do sindicato.

A ação foi ajuizada por um metalúrgico que pretendia disputar as eleições sindicais, mas alega que não conseguiu oficializar sua candidatura por má-fé da diretoria. Segundo ele, para evitar chapas de oposição, a convocação foi divulgada em jornal de baixa circulação na região, e não nos canais mais acessíveis aos associados, como o jornal Diário do Vale ou o próprio informativo do sindicato. Em sua defesa, o sindicato afirmou que o associado não manifestou interesse em participar das eleições em nenhuma das chapas concorrentes e que cumpriu todas as exigências de divulgação contidas no estatuto.

O juízo da 1ª Vara do Trabalho de Resende (RJ) julgou improcedente o pedido do trabalhador por entender que o ato de convocação cumpriu

todas as regras estatutárias, já que o Jornal do Brasil, à época da publicação do edital, era um veículo de grande circulação.

O metalúrgico recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), requerendo a anulação do pleito, a destituição da diretoria eleita e a constituição de uma comissão eleitoral, subordinada ao Ministério Público do Trabalho, para a abertura de novo processo eleitoral.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) acolheu parcialmente recurso do metalúrgico e declarou nulas as eleições e todos os atos decorrentes dela, mas não afastou a diretoria ou convocou novas eleições, por entender que o Poder Judiciário não pode intervir nos atos administrativos internos do sindicato, limitando-se apenas ao julgamento da validade de seus atos. Segundo o TRT, embora o estatuto não especificasse a necessidade de grande circulação do jornal, a convocação não deveria apenas seguir a mera formalidade de publicação em periódico, mas ter "ampla divulgação no seio da categoria".

TST - No agravo de instrumento em que tentava trazer a discussão ao TST, o sindicato apontou violação ao princípio da autonomia sindical e perda do interesse processual e o objeto da ação, pois um novo processo eleitoral foi realizado em 2014, para o período de 2014-2018.

A relatora, desembargadora convocada Rosalie Michaele Bacila Batista, negou provimento ao agravo, pois considerou que não houve intervenção judicial nos atos administrativos da entidade, pois o TRT limitou-se à sua competência de julgar a validade do pleito. Ela também ressaltou que a realização de novas eleições não interfere no julgamento da ação, uma vez que o processo trata de irregularidades nas eleições sindicais de 2010.



A decisão foi unânime. Após a publicação do acordão, o sindicato opôs embargos declaratórios, ainda não analisados.

Processo: AIRR-504-94.2010.5.01.0521

Fonte: TST

Comissão rejeita uso de recursos do FAT para pagar bolsas no ensino superior

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público rejeitou o Projeto de Lei 5706/05, do Senado, que autorizava trabalhadores de baixa renda e desempregados a utilizarem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagar curso de nível superior oferecido por entidade registrada no Ministério da Educação.

Relator na comissão, o deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE) defendeu a rejeição da proposta e dos apensados (PLs 3148/08 e 5530/13) por entender que eles comprometeriam o equilíbrio financeiro do FAT.

“Nesta hora em que os índices de desemprego voltam a assustar os trabalhadores, devemos procurar garantir o equilíbrio econômico-financeiro do FAT, o que seria difícil se fosse aprovado um novo benefício como proposto nas proposições ora analisadas”, avaliou Mitidieri.

Os projetos apensados são mais amplos do que o original e propõem que o FAT financie estágios remunerados em empresas e universidades ou possibilite a intermediação de

bancos cooperativos para a concessão de crédito educativo.

“Estariamos onerando ainda mais os recursos já exíguos do FAT, agravando a precária situação em que hoje vivem os trabalhadores desempregados”, concluiu o relator.

O FAT foi criado para socorrer temporariamente o trabalhador em caso de desemprego involuntário e para custear bolsa para qualificação profissional durante a suspensão do contrato de trabalho.

Os recursos do fundo ainda são usados para pagar benefícios a pescadores artesanais durante o período de defeso e também podem ser regatados pelo trabalhador comprovadamente submetido a trabalho escravo.

Por ter sido rejeitada nas comissões de mérito, e como não houve recurso para análise pelo Plenário, a proposta principal e os projetos apensados foram arquivados.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)